

Carlos Kater

“Por que Música na Escola?”: algumas reflexões

Introdução

Essa simples pergunta do título recobra uma problemática de grande importância, uma vez que abordamos aqui uma necessidade de expressão humana, intensa e profunda, que faz parte não de uma época, moda ou classe social particular; mas que acompanha toda a humanidade, desde os seus primórdios, em qualquer ponto do planeta, em todas as culturas, ao longo de todas as fases de seu desenvolvimento.¹ Não há comemoração ou evento significativo na vida individual ou social de qualquer povo do qual a música não tome parte de maneira relevante, instaurando um espaço de integração e transcendência não alcançado nem traduzido por nenhum gesto ou palavra.

Compreendendo esse seu papel na vida e no desenvolvimento dos seres humanos, indagamos então, o que deve ser feito para que este meio de expressão e comunicação, ao mesmo tempo bem valioso de nosso patrimônio cultural, habite o maior número possível de espaços, garantindo acesso democrático e direito universal de todos os cidadãos, crianças e jovens inclusos.

Não estamos mais, hoje, diante da dúvida “música, luxo ou necessidade?”, nem tampouco na época em que os educadores musicais constrangidos precisavam justificar o sentido de “utilidade” de seu fazer face aos objetivos escolares consagrados, ou encontrar “seu lugar” dentro da escola e da própria equipe docente.²

A partir deste momento, em que a presença da música na escola está amparada pela Lei nº 11.769/2008, tornam-se pertinentes outras questões. A qual música nos referimos; que estilos, gêneros, formas de manifestação temos em mente? Como, de fato, ela ou elas serão oferecidas, abordadas, tratadas?

Música e Educação Musical

Na realidade, parece sensato considerar não a presença da “música” na escola – com as funções diversas que ela pode adquirir na vida social – porém, mais precisamente, da “educação musical”. Uma educação musical consciente de suas condições de tempo e espaço; contemporânea e apta a conjugar as características do passado e do presente, bem como acolhedora e respeitosa tanto das expectativas quanto das particularidades culturais dos envolvidos.³

Com isso, visa-se atender às necessidades de promoção de conhecimento amplo junto aos alunos, seu desenvolvimento criativo e participativo, não os situando na condição predominante de “público”, nem restringindo a “música na escola” a apresentações, à música das aparências, das comemorações visíveis e exteriores.

Significa, então, não à “volta” da música e seu ensino à escola em moldes semelhantes aos que já tivemos em épocas anteriores; bem diferente disto, a construção de alternativas contemporâneas.⁴ Alternativas que ofereçam condições a cri-

¹ Vale a pena lembrar os registros existentes na Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, Piauí, entre vários sítios arqueológicos nacionais, que atestam, em desenhos, a presença da música em rituais há cerca de 15.000 anos, senão mesmo em épocas anteriores.

² Temos e tivemos programas “Música na Escola” em diferentes cidades e estados do Brasil, desde o pioneiro realizado de 1997 a 2000 pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, que implantou, com sucesso, o estudo e prática musicais junto a mais de 450 escolas de todo o estado. Importante notar contudo que a música nunca esteve de fato ausente das escolas, mesmo faltando-lhe presença enquanto componente curricular, sistemática de abordagem, tratamento condizente com seus potenciais e sintonia com preceitos contemporâneos. Atualmente desenvolvem-se projetos eficazes em diferentes municípios brasileiros, por exemplo, Franca, São Carlos, Mogi das Cruzes e Santos (estado de São Paulo), Florianópolis, Porto Alegre, Santa Bárbara, João Pessoa, entre outros.

³ Alunos, sem dúvida, mas educador igualmente. Refiro-me a isto, aqui, pois em muitos projetos e currículos vimos o foco deslocar-se do resultado ao conteúdo, do conteúdo ao processo, dele para os alunos, contexto e... este momento é o da inclusão de todos os envolvidos e sua interação na relação ensino-aprendizagem.

anças e jovens de tomarem contato prazeroso e efetivo com sua própria musicalidade, desenvolvê-la e vivenciá-la, mediante experiências criativas, a música em seu fazer humanamente integrador e transformador; o que significa desenvolverem seus potenciais, conhecerem-se melhor e qualificarem sua existência no mundo. Cantar e tocar, ouvir e escutar, perceber e discernir, compreender e se emocionar, transcender tempo e espaço... há muito conteúdo e significado abaixo da superfície dessas expressões, que afloram todas às vezes em que experimentamos uma relação direta e por inteiro com a música.

Cultivo da sensibilidade, criatividade, escuta, percepção, atenção, imaginativo, liberdade de experimentar, coragem do risco, respeito pelo novo e pelo diferente, pelo que é próprio a cada um e também ao “outro”, construção do conhecimento com autonomia, responsabilidade individual e integração no coletivo etc., não são apenas termos de discurso. São aspectos envolvidos na formação dos alunos – no mínimo tão importantes quanto aqueles que a escola entende oferecer nas diversas outras áreas do conhecimento –, que contrapõem o “aprender”, de natureza fixa, memorística e repetitiva, ao “apreender”, próprio do captar, apropriar, atribuir significado e tomar consciência, portanto, mais em sintonia com as características de formação humana reivindicadas contemporaneamente.

Se hoje já temos a perspectiva favorável de inclusão de conteúdos musicais nos programas de formação escolar, nossa atenção pode se dirigir às características da educação musical que gostaríamos de ver utilizadas. Uma educação musical capaz de oferecer estímulos ricos e significativos aos alunos, despertando atitudes curiosas e aumentando, por consequência, a disponibilidade para a aprendizagem. Uma educação que instaure um espaço de acolhimento pelo “brincar” no sentido original do termo, isto é “criar vínculos”, uma das necessidades fundamentais da dimensão humana, indo, sem dúvida, muito além do relacionamento exclusivamente técnico-executivo entre aluno x professor x classe, ainda tão frequente na realidade de muitas salas de aula. Uma educação musical na qual o lúdico represente o componente transgressor de expectativas do conhecido, mantendo nos alunos atenção viva ao que se realiza a cada instante e, assim, os atraia, menos para os saberes prontos e constituídos, mais para a matéria sonora em si, para a vivência musical participativa, para a criação de novas e autênticas possibilidades de expressão.

Uma educação musical, enfim, que estimule o prazer (vínculo), para instaurar a presença (inteiridade), possibilitar a participação efetiva (relação, implicação) e assim, então, estimular a produção de conhecimentos gratificantes em nível geral e, especialmente, pessoal (formação ampla do aluno e não simples transferência de informações por parte do professor). Pois quando, num processo educativo o professor se transforma em educador, inverte-se a preponderância de uma formação para a música por uma formação pela música, tornando possível aos alunos inscreverem-se num espaço de construção do sujeito, no qual estratégias dinâmicas de aprendizado (as lúdicas, por exemplo) permitem um “desapriamente” individual que favorece a apreensão da questão da identidade e da alteridade (fundamento do desenvolvimento humano). Espaço dentro do qual, os saberes pessoais dialogam com os saberes consagrados, onde os “saberes induzidos” fazem contraponto com os “saberes construídos”.

É esta a natureza de Educação Musical que merece ser trabalhada hoje nas escolas, nos diversos pontos e regiões do País, capaz também de integrar teoria e prática, análise e síntese, tradição e inovação, conferindo à música seu sentido maior, transcendente e inclusivo.

Educação Musical e Criação

Considerar a educação musical como uma instância de construção e exercício da autonomia pessoal do aluno e de sua participação ativa em sociedade não representa mais uma visão romântica, idealista, utópica, como durante muitos anos foi feita a crítica.

⁴ Como sabemos, o Canto Orfeônico, surgido inicialmente na França no séc. XIX sob o título de “Orphéons”, foi adotado como recurso de musicalização em todo o Brasil no século XX. Heitor Villa-Lobos o propôs, com adaptações próprias, para ser utilizado nas escolas públicas do Rio de Janeiro, a convite de Anísio Teixeira, em 1932. Associado a manifestações cívicas e ao exercício disciplinar de várias ordens, culminou 10 anos depois na criação do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico. As particularidades do tempo que vivemos hoje sendo muito diferentes, bem como as concepções que temos de educação, educação musical, filosofia, sociologia, musicologia etc., a demanda, por consequência, é por propostas que respondam, de maneira mais pertinente, aos desafios atuais postos por diversas realidades.

Carlos Kater

Com a Lei nº 11.769 (que torna obrigatória a introdução de conteúdos musicais nas salas de aula), estamos hoje sendo convidados a participar não de um “simples momento” de cumprimento de um dispositivo legal, mas, muito além... temos a perspectiva de um “novo movimento” da educação musical (forma particular de aceleração e intensificação de realizações, entendimentos e convicções) capaz de propiciar processos e resultados valiosos para uma Educação Musical que se pretenda viva, brasileira, contemporânea.

Agora avançamos mais um pouco... no lugar de uma “Música na Escola”, as “Músicas das Escolas”. Uma abordagem de campo ampliado, integrando ao processo educativo procedimentos criativos a fim de trazer à tona e dar voz à expressão pessoal dos alunos, engajando-os em seus próprios aprendizados e formação. Ou seja, fazer emergir no “espaço físico” de cada instituição seu “espaço expressivo” e seu “espaço relacional”, no âmbito dos quais serão promovidas novas modalidades de diálogo.⁵

No conjunto, essas expressões serão “harmonizadas” e “contraponteadas” na interação com o educador⁶, representando falas de culturas em ação, vozes de indivíduos que passam a ser escutadas, permitindo-lhes, assim, revalorizarem-se na pessoa que são (aumento da autoestima e sociabilidade). Música “musical”, criada e “criativa”, resultado de concepções e práticas musicais lúdicas fundamentadas em processos ampliados que – em vez de o exercício da repetição e dos fazeres miméticos, preponderantemente reprodutivos – compreendem o arranjo, a adaptação, paráfrase, variação, improvisação, reconstrução e a criação musical propriamente dita, concebida pelos próprios alunos.

Oportunizar novas percepções de si e do “outro” através de um meio potente como a música, significa intensificar qualitativamente a dimensão formadora e a dinâmica social das escolas, sobretudo nos grandes centros como São Paulo, tão carentes de ações educativas criativas e humanizadoras.

A título de conclusão

Em outras palavras, não vale repetir as experiências de circunstâncias passadas sem a observação e a atenção cuidadosa das realidades presentes. Assim, não se trata de recorrer a modelos conceituais ou didático-pedagógicos de fortes tendências técnica e teórica, diretiva e unidirecional, com insuficiente espaço de flexibilidade e integração, nem a modelos vivencial-artísticos preponderantemente práticos, com frágeis referenciais teóricos e de apoio, com exclusividade. Nossa época nos convida ao exercício, não mais do “ou”, substitutivo e excludente, mas do “e”, colaborativo e integrador, estabelecido, porém, com critério e criatividade.

Dai esperarmos que a “música na escola” tão reivindicada não se confunda com um fazer musical pedagogicamente descompromissado, de lazer e passatempo, nem que a educação musical seja aprisionada pela educação artística e confundida com “história da música” ou outras estórias de nomes e datas.⁷

As escolas são espaços de formação nos quais é estimulada a produção de conhecimentos; os alunos, além de representantes sensíveis e inteligentes de estados musicais, são potenciais muito mais ricos do que imaginamos, que merecem ser conhecidos e desenvolvidos com consciência e respeito desde onde se encontram, a fim de tomarem contato com algo essencial em si próprios até na relação com a vida, cumprindo assim seu papel na sociedade.⁸

⁵ Desta forma, e ao mesmo tempo, se evidenciarão também, no seu dia a dia, potenciais talentos “adormecidos”, “ignorados”, “desapercebidos”, que em momento oportuno e, em situação adequada, poderiam ser melhor trabalhados ou encaminhados a instâncias de formação adequadas, pois não se busca aqui garimpar talentos em vista de profissionalização.

⁶ Que assume aqui também o papel de orientador, problematizador, instigador, facilitador do conhecimento.

⁷ Mesmo que haja aportes de contribuição para o processo de conhecimento, este “deslizamento” é insatisfatório face ao valor profundamente formador e renovador que a música através da criação oferece para a educação.

⁸ Observamos aqui, embora de passagem, a necessidade fundamental de cursos de formação continuada para os educadores responsáveis pela condução destes processos, visto seu papel decisivo para o sucesso desta, e de qualquer outra, proposta de educação musical. E isto é imprescindível não apenas porque o contingente atual em condições de participar desse despertar das “músicas das escolas” não atenda quantitativamente à expectativa da demanda. Sociedades complexas, de mudanças rápidas e intensas como as nossas, demandam profissionais em processo constante de atualização. Espera-se que todos os que utilizam a música como meio de desenvolvimento pessoal e de intervenção social criem conexões viáveis entre a realidade “presente e objetiva” (a realidade real que no senso comum se manifesta) e suas dimensões “potenciais e latentes” (a realidade ideal, desejada ou necessária, isto é, seu vir a ser), dimensão própria das criações e músicas compostas.

Ao promover a diversificação de experiências musicais, a criação de músicas originais e suas apresentações, daremos então condições para a construção de novos olhares e ouvidos, tanto por parte da comunidade escolar e seu entorno, quanto dos próprios alunos; novas percepções inclusivas, que possibilitarão recriar, com valor positivo, as leituras atualmente vigentes nas relações entre “eu & outro”, “aluno & professor”, “criação & educação”, “exclusão & participação”.

E as músicas que, nos próximos tempos, emergirão das salas de aula e que escutaremos das escolas, representarão a expressão criativa pela qual se manifesta a educação nas diferentes instituições, a valorização das culturas, o reconhecimento dos indivíduos e sua participação saudável nos rumos da sociedade.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Berenice de; PUCCI, Magda Dourado. *Outras terras, outros sons*. São Paulo: Editora Callis, 2003.
- ANTUNES, Jorge. Criatividade na escola e música contemporânea. In: *Cadernos de Estudo: Educação Musical*, nº 1. São Paulo: Atravez, 1990, pp.53-61.
- BRITO, Teca Alencar de. *Música na educação infantil*. São Paulo: Editora Peirópolis, 2003.
- DELALANDE, F., CELESTE, B. e DUMAURIER, E. *L'enfant, du sonore au musical*. Paris: INA/Buchet-Chastel, 1982.
- DOBBS, Jack P.B. La música como educación multicultural. In: V.Gainza (Ed.) *Nuevas perspectivas de la educación musical*. Buenos Aires: Guadalupe, 1990. pp.139-145.
- FAUTLEY, M. Teacher intervention strategies in the composing processes of lower secondary school students. *International Journal of Music Education*, v.22, nº 3, p.201-218, 2004.
- GAINZA, V.H.de. A improvisação musical como técnica pedagógica. In: *Cadernos de Estudo: Educação Musical*, nº 1. (Ed.C.Kater). São Paulo: Atravez, 1990, pp.22-30.
- KATER, Carlos, MOURA, José Adolfo Moura, MARTINS, Maria Amália, FONSECA, Maria Betânia P., BRAGA, Matheus e BRAGA, Rosa Lúcia M.Guia. Projeto Música na Escola: proposta para a implantação. In: *Fundamentos da Educação Musical*, Série 4. Salvador: ABEM, Out./1998, pp.102-105.
- _____. O que podemos esperar da Educação Musical em projetos de ação social,. In: *Revista da ABEM*, nº 10. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p.43-51.
- KOELLREUTTER, H.J. Educação Musical no Terceiro Mundo. In: *Cadernos de Estudo: Educação Musical*, nº 1. (Ed.C.Kater). São Paulo: Atravez, 1990, p.1-8.
- RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação. *Música na Escola: um projeto de educação musical para professores alfabetizadores*. Conservatório Brasileiro de Música, 2001.
- SCHAFER, R. Murray. *O ouvido pensante*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2003.